

ATA DA 138ª (CENTÉSSIMA TRIGÉSSIMA OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE LAGOA SANTA – COMCEPH

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, em primeira convocação, reuniram-se por teleconferência, às dezessete horas, os seguintes membros do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Lagoa Santa (COMCEPH): Sr. Arnaldo Frederico Carvalho Marchesotti (titular – Poder Público); Sra. Rosângela Albano Silva (titular – Poder Público); Sr. Cleito Pinto Ribeiro (Titular – Poder Público); Sr. Luiz Tadeu Neves Pimenta (Suplente – Poder Público); Érika Suzanna Bányai (Titular – Sociedade Civil); Sra. Nanci Batista Alves (Titular – Sociedade Civil); Sr. Stefano Rodrigues de Pinho Tavares (Titular – Sociedade Civil); além da Secretária Executiva, Sra. Isadora Senra Prado. Convidados: Alessandra Cecílio; Ana Clara Vivacqua; Ione Amaral; Larissa Maciel; Lúcia Pimentel; Philippe Lobo; Elisa Gazzinelli; Raul Mariano. Com quórum correspondente a mais da metade dos conselheiros, conforme o §1º do art. 19 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Lagoa Santa. Esta reunião foi convocada por e-mail e **a pauta da reunião consistiu-se em: apresentação dos resultados da Comissão de Revisão do Sistema Municipal de Cultura.** A Sra. Rosângela abriu a reunião, apresentou a pauta e, em seguida, passou a palavra para a Sra. Ione Amaral fazer a apresentação. A Sra. Ione agradeceu a todos que participaram do processo, explicou que neste momento traz o retorno de parte do trabalho que vem sendo desenvolvido desde o final do ano passado, e o que será apresentado é a proposta de revisão do Sistema Municipal de Cultura. Explicou que não foi possível elaborar o Plano Municipal de Cultura, pois o tempo foi curto e a demanda é extensa e desafiante, mas a comissão já se debruçou sobre os dados da última conferência municipal de cultura, ocorrida em 2018, para criar um documento com as ações que foram propostas. Falou que a comissão encerra-se no final de outubro e que a intenção é fazer um diagnóstico da cultura de Lagoa Santa para deixar pronto e encaminhado para a Diretoria Municipal de Turismo e Cultura, pois no próximo ano, aproveitando as conferências, as pré-conferências, pretendem dar continuidade a esse trabalho e elaborar o Plano Municipal de Cultura. Em seguida, a Sra. Ione apresentou os principais pontos propostos para a legislação do Sistema Municipal de Cultura: a coordenação; os espaços e aparelhos culturais do SMC; sistemas setoriais; os órgãos de articulação e participação social. Comentou que é preciso repensar a estrutura do

Conselho, propondo a criação de dois conselhos, um de políticas culturais e outro de patrimônio cultural. Quanto aos aparelhos culturais, apesar do desejo de possuir um Centro Cultural, um teatro, é preciso pensar em como atender em curto prazo a demanda por espaços culturais na cidade, como a utilização de outros prédios e aparelhos da Prefeitura vinculados a outras secretarias. Continuou a apresentação falando sobre os instrumentos integrados de gestão: Plano Municipal de Cultura – PMC, Sistema Municipal de Fomentos e Financiamento à Cultura – SIMFFIC; Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC; Programa Municipal de Formação em Arte e Cultura – PROMFAC; Sistemas e Planos Setoriais de Cultura; demais órgãos e programas municipais que desenvolvam ações no campo da cultura. Explicou que também foi incluída no sistema uma série de programas, apesar de não constar no modelo do antigo Ministério da Cultura. Isto porque se levou em consideração tudo o que a Diretoria Municipal de Turismo e Cultura já desenvolve, assim procurou integrar essas ações dentro de um programa. Sendo esses: Programa Municipal de Cultura Viva; Programa de Difusão, Descentralização e Acessibilidade Cultural – PROCULT; Programa “Ruas Criativas”; Programa de Educação Patrimonial “Terras de Luzia”; Programa “Artista de Valor”, conforme Lei Municipal nº 4.286/2019. Sobre a coordenação, a Sra. Ione falou da importância da criação de um órgão específico voltado para a cultura, que possa atender as demandas desse setor, desvinculando a cultura do turismo ou outras áreas. Dando continuidade a apresentação, detalhou a proposta para espaços e aparelhos culturais e para os órgãos de articulação e participação social. Em relação à proposta de criação de um Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, explicou que houve um intenso debate sobre a separação do atual conselho e a criação de dois conselhos, um para tratar das políticas culturais e outro para as questões de patrimônio cultural, pois eles possuem dinâmicas, funções e objetivos diferentes dentro da estrutura do sistema. Detalhou como seria o CMPC: seis cadeiras setoriais; a presidência exercida pelo titular do órgão gestor e a vice-presidência por representante da sociedade civil; mandato de dois anos, permitida sua recondução por igual período uma única vez; estímulo a maior participação do gênero feminino e indivíduos pertencentes a comunidades e populações socialmente vulneráveis nos processos de escolha dos membros do CMPC. O Sr. Philippe Lobo perguntou por que está sendo proposta uma cadeira para patrimônio e memória, sendo que tem um conselho de patrimônio. A Sra. Ione explicou que as funções são diferentes e que o conselho de cultura cumpre o papel de ser o conselho maior da cultura no município, já os conselhos de patrimônio, de políticas de museus, entre

outros, são chamados de conselhos setoriais, fazendo parte dos sistemas setoriais, estando esses implementados ou não. Então, o conselho de patrimônio faz parte de um subsistema dentro do sistema de cultura. O conselho municipal de patrimônio cultural possui outra função, formato e competências, pois vai decidir sobre diretriz, política e medida de proteção de patrimônio, o que ele vai decidir é sobre tombamento, registro, acautelamento, possuindo uma composição igualitária, incluindo a possibilidade de ter membros indicados de instituições ou órgãos ligados às questões de tombamento e registro de patrimônio. O porquê de estar previsto o patrimônio também no CMPC se dá porque é por meio desse conselho que entram as demandas da sociedade civil, onde são propostas políticas gerais de cultura. Esse não vai dar qualquer tipo de parecer sobre tombamento, registro e acautelamento como o COMPAC vai fazer. Citou como exemplo a situação de uma comunidade que se reconheça como patrimônio imaterial e a sua demanda seja apresentada via CMPC, cabendo a esse fazer o devido encaminhamento para o COMPAC. Dando continuidade a apresentação, a Sra. Ione apresentou a proposta de composição do COMPAC com membros natos, designados e eleitos. Apresentou também a proposta de: Fóruns Permanentes de Cultura e Coletivos Culturais, reconhecidos como instâncias de participação integrantes do SMC; os instrumentos de gestão do SMC; os sistemas setoriais – Sistema Municipal de Patrimônio Cultural (SIMPAC) e Sistema Municipal de Acervos e Museus (SMAM); Sistema Municipal de Fomento e Financiamento à Cultura (SIMFFIC); o Fundo Municipal de Cultura (FMC) com uma fonte de recursos para alimentá-lo, visto que será o principal mecanismo de financiamento da cultura no município; implementação da Política Municipal de Cultura Viva. Detalhou os pontos melindrosos do SIMFFIC, sendo: orçamento para a Cultura; fontes de recursos para o FMC; Comissão de Avaliação de Projetos – CAP (pagamento de jetons para a comissão, funcionamento de banco de pareceristas). Continuou a apresentação detalhando o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC com três mecanismos: busca ativa; cadastro único da Cultura; mapa cultural. Apresentou também a proposta de um Programa Municipal de Formação em Arte e Cultura – PROMFAC: executores; formação em arte e cultura; capacitação e qualificação profissional em Arte, Cultura, Produção e Gestão; Cursos Livres de Arte e Cultura; beneficiários e corpo profissional. A Sra. Ione encerrou a apresentação, explicou que fez uma exposição geral da proposta construída pela Comissão, que a proposta ainda será avaliada pelo Executivo e ressaltou que há pontos muito importantes e que a sociedade civil gostaria que fossem assegurados. Aberto

ao debate, o Sr. Stefano parabenizou pela dedicação ao trabalho e iniciativa da Comissão, explicou que está como presidente da Associação Comercial, Industrial e de Negócios de Lagoa Santa, bem como do CDL, que envolve todo o empresariado local. Continuou dizendo que a estrutura organizacional da Prefeitura já sofreu alteração, há muito anos, e teve aval do IEPHA para unir no COMCEPH a cultura e o patrimônio histórico e que dentro dessa estrutura cabem câmaras. Com relação à conferência, o Sr. Stefano manifestou que deveria ser sempre de quatro em quatro anos, preferencialmente no meio do mandato de cada prefeito. Disse que a vocação do município é turística, de balneário, não sendo industrial, apesar da presença de um parque industrial de alta tecnologia. Disse ser contra fazer dois conselhos, por causa da burocracia criada nesse sistema, muita coisa pode ser pega e adaptada. Ressaltou que acha muito difícil propor isso para a cultura nos moldes em que estão aqui, a dificuldade de ter dois conselhos, por causa do quórum e proposição de questões. Disse que há algo a se pensar, que não é uma medida para se levar ao legislativo, deve-se encaminhar ao executivo, mas deve ter o aval primeiro do Conselho, porque se o Conselho for contra, ele não passa nem no legislativo, nem no executivo. Disse estar vendo um trabalho que vai onerar e não vai fomentar a cultura no município de Lagoa Santa. A Sra. Rosângela disse concordar com o Sr. Stefano no sentido da amplitude desse trabalho para a aquiescência do município para essas mudanças todas. Disse que o trabalho está muito interessante, apresenta uma excelência, mas a realização, a efetivação dele possui certa dificuldade de acordo com a estrutura administrativa, o que dificulta a viabilização de muitas questões. O Sr. Philippe comentou que o trabalho está muito bom, pois reflete não o pensamento de um pequeno grupo, mas discussões que vem acontecendo há muito tempo na cidade e fazendo parte do setor cultural, também como presidente de uma associação cultural da cidade, como conselheiro do Parque do Sumidouro, disse ter visto as demandas que estão expressas na proposta sendo reverberadas pelos colegas da Cultura há muito tempo. Disse que entende haver desafios institucionais e que isso é muito natural, porque o que essa minuta traz como perspectiva é mudança, mas mudanças necessárias, a mudança de uma cidade que hoje tem um protagonismo na região e que precisa expressar modernidade na sua forma de gerir o município. Destacou que muitos avanços vêm sendo feitos em vários setores, mas a cultura ainda carece desse mecanismo que está sendo apresentado aqui. Manifestou ser totalmente a favor da criação de um conselho com abrangência maior, para que o conselho mais relacionado ao patrimônio cultural e a memória não

responda por demandas que estão além da sua competência e que a forma que foi apresentada é muito razoável, permitindo atualizações. Isto porque, o COMCEPH tem uma demanda muito grande. Continuou dizendo que gostou muito da proposta de que os editais tenham uma comissão de seleção, que é criada a partir dos setoriais, de indicação dos setoriais, e por mais delicado que seja o pagamento de contratos para os pareceristas das comissões, esses pagamentos são muito coerentes, pois qualquer artista, produtor cultural da cidade que hoje aceite assumir um lugar em uma comissão de seleção de projetos, ele precisa se privar de fazer projetos por dois anos. Por isso é muito natural reconhecer seu trabalho e dar uma compensação justa. Para quem não o conhecia, o Sr. Philippe se apresentou como artista, produtor cultural, residente na cidade desde 2013, presidente da Associação Cultural e Esportiva do Carste de MG – ASEC e que vem participando da produção de eventos na cidade há vários anos e terminou dizendo que está à disposição para seguir nesse processo de mudança. O Sr. Stefano disse que o mecanismo que está se propondo não é de modernização, mas de burocratização, que está criando dificuldades, que é preciso buscar espaços, formas que estejam distante dessa burocracia, pois o trabalho que foi feito pode ser canalizado de uma forma a criar soluções. Entende que foi colocado o que se achou melhor, mas pelo histórico da cidade e pelo conhecimento que tem, a proposta do jeito que está se inviabilizou, e propôs tentar algo que seja viável. O Sr. Philippe respondeu que está se falando de política cultural, pois na situação atual o que se tem são ações, eventos pontuais de cultura, não há algo que vai realmente criar princípios, que vai nortear a aplicação de recursos para a cultura. Então, as decisões ficam ao sabor de quem ocupa a cadeira política, o que ele vai querer apoiar e fazer, ou que tipo de recurso pode vir ou não vir, pode ter ou não ter edital. Assim, olhando as grandes prefeituras brasileiras, há modelos semelhantes ao que foi proposto e com políticas funcionando. Quanto à burocracia, disse que essa é inevitável quando se fala de Estado e orçamento, porque se não são delimitadas algumas balizas, o orçamento sempre vai ficar em quem está mais próximo, quem é mais forte, ou vai simplesmente seguir uma inércia, uma tendência histórica. Conclui dizendo que acredita ser um projeto que vai modernizar a política, ou melhor, pode inaugurar uma fase em que a cultura na cidade tenha uma política própria e não fique ao sabor da vontade de indivíduos. A Sra. Elisa, em relação à proposta de dois conselhos, manifestou que essa proposta é muito importante porque a partir da história do município, percebe-se que a estrutura que tem hoje não funcionou para criar um mercado cultural na cidade. Em 2010, foi feita a primeira lei de incentivo à cultura, uma lei que

necessitava de regulamentação. O Conselho não conseguiu fazer com que essa lei fosse regulamentada. Em 2015, teve outra lei que propunha a lei de incentivo à cultura, o fundo, entre outras coisas e mais uma vez, não se conseguiu. Por isso, é preciso um conselho específico dos artistas para que essas ações aconteçam. Por outro lado, há poucos artistas, visto ser apenas uma cadeira para artistas no COMCEPH. Reforçou que a mudança é necessária porque não funcionou e que não há uma burocratização, pois o que se busca é uma forma dos artistas tomarem conta das questões referentes à criação de um mercado cultural. Pontuou que a comissão defenderá a criação de conselhos separados e que existem cidades pequenas com dois conselhos. Lembrou que está na quarta conferência de cultura e o teatro que foi pedido na primeira até hoje não tem se quer um projeto. Continuou dizendo que não está burocratizando e sim colocando como representante das artes, os artistas. Citou que o conselho de patrimônio não tem as reuniões mensais, pelo menos durante muitos anos não teve e tem a reunião quando o poder público decide. Então, o conselho atual não consegue fazer a parte de fiscalização das políticas culturais, visto que não é prioridade. Reforçou que está na quarta conferência pedindo as mesmas coisas, isso no decorrer de mais de doze anos. Exemplo disso é a ausência de uma lei de incentivo que funcione e aconteça todo ano, sendo preciso que os artistas tomem posse dessas demandas. A Sra. Elisa comentou que o tamanho da proposta assusta, que possui muitas coisas dentro do sistema, mas, por exemplo, em relação à formação artística, isso vai demorar um tempo para ser implementado, só há a previsão na lei, não vai sair tudo ao mesmo tempo. O sistema apenas cria as parte de forma que no futuro haja uma divisão de verba adequada, para que haja verba para a formação, verba para o incentivo à cultura. A importância de criar vários programas reside na forma de repartir, direcionar o uso da verba da cultura do município em todas essas coisas que vão garantir um mercado cultural. Comentou que a comissão está aberta às críticas e sugestões, mas que defenderá a criação de um conselho de política cultural separado do patrimônio. O Sr. Stefano lembrou que a Comissão foi criada com a chancela do COMCEPH e não do executivo, ou do legislativo e que em 2015, extinguiu-se o conselho de cultura e de turismo e criaram-se os atuais conselhos, com os fundos, as leis, os planos. Salientou que o conselho realmente atua e que há dois projetos de teatro, mas se o executivo não orçou ou implantou é outra questão. A Sra. Elisa, em relação à sugestão do Sr. Stefano de ter conferências de quatro e quatro anos, explicou que as conferências surgem de próprias demandas do Estado, principalmente do governo federal, assim não pode ter uma regra

rígida, engessada. O Sr. Stefano concordou com a Sra. Elisa. A Sra. Ione agradeceu aos apontamentos da Sra. Elisa e complementou sobre a questão dos conselhos, que a comissão entende ser um ponto importante e delicado. Ressaltou que a população de Lagoa Santa vem mudando muito nos últimos anos, cresceu demais, que teve muita gente que atuava em Belo Horizonte ou em outros municípios que se mudou para Lagoa Santa. Diante disso, a avaliação obtida foi que a população está mudando e socialmente Lagoa Santa está ficando mais complexa. Disse que concorda que o conselho, atualmente e ao longo da sua existência, tem muitas demandas relacionadas ao patrimônio sendo essas muito importantes, e que o conselho atual trabalha demais em cima disso, cabendo o reconhecimento dos conselheiros que estão há anos contribuindo. No entanto, ao avaliar a complexidade em que a cidade está se tornando, o setor cultural, os artistas, os agentes e os demais segmentos culturais, visto que o patrimônio é um desses segmentos, precisam de um espaço próprio de debate. Também se percebeu pelo mapeamento que os segmentos culturais de Lagoa Santa estão se complexificando, com pessoas do audiovisual, artes visuais, fotógrafos, artistas de rua, a área de livro, literatura e leitura, entre outras. Explicou que o conselho atual tem trabalhado muito bem dentro de uma dinâmica voltada para atender as demandas do patrimônio, contudo os outros segmentos são pouco abordados. Assim a sociedade tem cobrado do setor público uma política cultural, pois já passou do momento do poder público ficar fazendo ações esporádicas para esses outros segmentos culturais que não são o patrimônio, é preciso se pensar e estruturar uma política para esses outros setoriais, para que esses se desenvolvam e contribuam economicamente com o município. Perante isso tudo, é preciso um Conselho de Política Cultural com assentos desses artistas, desses agentes, que irão representar e serem cobrados. Reforçou a necessidade de se criar políticas para cada setorial: música, artes visuais, literatura, audiovisual, entre outras. Cabendo ao Conselho de Política Cultural a obrigação de ajudar a estruturar esse sistema. Continuou dizendo que provavelmente o atual conselho seria transformado em conselho de patrimônio, com as mesmas pessoas que sempre contribuíram nessa área. Considerou que o fato do município estar situado na região metropolitana possui um grande potencial cultural e socioeconômico que está sendo desviado para a capital, porque aqui não tem os setores estruturados. É preciso pensar que mais de 3% do PIB mundial vem do setor cultural, considerando os trabalhadores formais e informais. O Sr. Stefano lembrou que a comissão foi oriunda do atual Conselho, logo há uma preocupação com o setor cultural. A Sra. Ione explicou que não é porque não

há interesse do Conselho e sim porque as demandas atuais são mais voltadas para o patrimônio. O Sr. Arnaldo comentou que nas reuniões da comissão sempre adotou uma postura mais restritiva quanto ao aumento do número de conselhos, no entanto, devido às políticas de patrimônio nacional e estadual serem muito bem definidas, entendeu ser necessário um conselho voltado para o setor cultural, inclusive, aliviaria as demandas do conselho de patrimônio. Completou dizendo que a proposta vai passar pelo jurídico, pelo controle interno, em todas as secretarias. Logo, essa minuta deve sofrer várias alterações até ser votada e aprovada no poder legislativo. Ressaltou que esse ambiente de debate na construção da minuta é muito importante, pois quando chegou à Diretoria de Turismo e Cultura se assustou por não saber as leis do município. Então, compilar todas as leis em um sistema único é muito importante para o município. Destacou que alguns pontos da minuta, como a parte de incentivo à cultura, é a mesma redação da lei atual. Completou falando da importância da construção coletiva dessa minuta, que o governo está sensibilizado para promover essas alterações, principalmente sobre a necessidade de investimentos via fundo. O Sr. Cleito comentou que achou o projeto interessante, mas de uma complexidade imensa que não tira o mérito do projeto. O Sr. Arnaldo disse ser complexo por ser um sistema de cultura e não uma lei de incentivo, e vai depender de várias regulamentações e do Plano Municipal de Cultura. O Sr. Cleito continuou dizendo que ao falar em complexidade remete à ideia de teia e também lhe veio à mente uma máquina com muitas engrenagens e por isso possui uma mecânica complicada, pois precisa de uma quase perfeição para que a máquina se mova bem. Disse considerar difícil, complexo, complicada e que demanda um custo e uma capacidade de se autofinanciar. Ressaltou que se há uma possibilidade de ser implementado, tem que se levar a termo. Disse que acredita que o projeto sofrerá muitas modificações e que cabe a cisão do conselho, embora cultura e patrimônio estejam relacionados. A Sra. Nanci disse que realmente é difícil, porque isso é fruto, não apenas das leis que já existem, mas das demandas levantadas nas conferências, das faltas de políticas e de uma conversa com a própria administração pública, sendo, portanto o resultado disso tudo. Contudo, é preciso correr atrás do que precisa e com as parcerias será possível fazer muitas coisas, pois a carência de políticas públicas não pode continuar. Relatou que no conselho é muito difícil para ela opinar sobre as pautas de patrimônio, por não ser da área. Então, se houver um conselho para o patrimônio, as pessoas que estarão ali serão da área e estarão mais aptas para tomar as decisões. Quanto à dificuldade de conseguir conselheiros, pode ser resolvida com a formação e

incentivos para quem for conselheiro. O Sr. Stefano disse que sempre existiu o conselho da Cultura, o de patrimônio passou a existir a partir de 2015, em que anexou a cultura e o patrimônio histórico. A Sra. Nanci reforçou que desde que entrou no conselho, a maioria da pauta é voltada para o patrimônio. O Sr. Cleito reiterou que há dificuldade e que vai demandar um engajamento coletivo e individual, precisando de uma ação política muito efetiva. A Sra. Ione disse que a proposta é realmente enorme e que o desafio da comissão foi entender que o sistema é complexo e que era preciso escrever um documento para ser compreendido por todos, por quem não é do setor cultural e entende que algumas coisas podem e devem ser enxugadas ao longo da tramitação, mas inicialmente foi preciso um detalhamento para indicar para onde desejam ir. A Sra. Rosângela elogiou o trabalho, que é uma demanda muito extensa, e disse esperar que seja possível viabilizar diante das dificuldades que envolve o poder público. Agradeceu a participação, atenção e paciência dos conselheiros. Esgotados os assuntos em pauta, a Sra. Rosângela encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, foi lavrado a presente ata que vai assinada por mim, Isadora Senra Prado, que a redigiu e lavrou e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros e participantes da reunião. **Assinaturas:** Rosângela Albano Silva (Conselheira)

_____;

Arnaldo Frederico Carvalho Marchesotti (Conselheiro) _____;

Cleito Pinto Ribeiro (Conselheiro) _____;

Luiz Tadeu Neves Pimenta (Conselheiro) _____;

Érika Suzanna Bányai (Conselheira) _____;

Nanci Batista Alves (Conselheira) _____;

Stefano Rodrigues de Pinho Tavares (Conselheiro) _____;

Isadora Senra Prado (Secretária Executiva) _____;